

MARIA ISABEL JOÃO

MEMÓRIA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO



NÚCLEO DE ESTUDOS HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE DO MINHO

BRAGA — 2005

Memória, História e Educação

MARIA ISABEL JOÃO *

A memória começou por ser um tópico importante da reflexão filosófica, depois um objecto de estudo da Psicologia e, finalmente, entrou também no domínio das Ciências Sociais. Para que tal acontecesse foi necessário reconhecer a dimensão social do fenómeno e compreender que a partilha das lembranças entre os indivíduos é um aspecto fundamental da construção das memórias dos grupos humanos. Estas fornecem as bases para o reconhecimento mútuo dos indivíduos e para a identificação colectiva. Quando os indivíduos sofrem de amnésia, devido a razões de ordem física ou psicológica, perdem os referentes que lhes permitem identificar-se perante si e os outros. Do mesmo modo, os grupos também precisam de possuir um conjunto de recordações e de referências comuns para se identificarem como colectividade.

A História desempenha, tradicionalmente, a função de transmitir a memória do passado. Heródoto foi muito claro quando escreveu que expunha as suas pesquisas para impedir que o que os homens fizeram, com o tempo, se apagasse da memória e deixasse de ser recordado. A História não deixou de estar, desde então, associada à preservação da memória e de se confundir mesmo com ela. Foi necessário começar a ver a própria História em perspectiva histórica e a questionar os limites da produção do seu saber para que as memórias pudessem emergir como um objecto de estudo da historiografia. Esta operação implica um esforço crítico e de distanciamento em relação aos múltiplos discursos sociais sobre o passado que fazem parte das memórias colectivas.

Assim sendo, propomo-nos apresentar neste artigo uma breve síntese sobre a importância da memória para a vida e os conceitos mais utilizados. Analisaremos as relações entre a História e a memória, distinguindo a memória histórica das memórias colectivas. Faremos também uma curta apresentação dos estudos historiográficos sobre esta temática. Terminaremos com uma reflexão sobre o ensino da História e a formação da memória histórica das novas gerações.

* Universidade Aberta.

Lembrança e esquecimento

César Florès explicita que o conceito de memória se refere às relações funcionais existentes entre dois tipos de condutas observáveis, separadas por intervalos de tempo de duração variável:

- o primeiro tipo diz respeito à fase de aquisição das informações;
- o segundo reporta-se aos comportamentos ulteriores que pertencem à fase de actualização, cujo objectivo consiste em identificar ou restabelecer os dados memorizados na etapa anterior¹.

Os especialistas estão de acordo quanto ao facto da memória ser um sistema complexo que permite o armazenamento e a recuperação da informação. Porém, ainda se está longe de ter esclarecido e compreendido todo o seu processo de funcionamento². Sabe-se que a memória humana não é meramente replicativa como a de um computador. É dinâmica e capaz de modificar em cada nova experiência o seu próprio esquema de organização, procedendo por associação, generalização e de forma probabilística³. Revela-se, deste modo, plástica, flexível, flutuante, dotada de uma grande capacidade de adaptação e variável de um indivíduo para o outro.

A psicofisiologia distingue dois tipos de memória: a memória a curto prazo e a longo prazo. A primeira caracteriza-se pela retenção durante um curto período, medido em segundos ou minutos, de uma dada informação; a segunda consiste na aquisição mais duradoura da informação, por vezes mesmo definitiva. A memória desempenha uma função cognitiva que não pode ser desligada de duas outras grandes categorias do pensamento: as funções operativas e as funções semióticas, encarregadas da linguagem e da representação interiorizada dos acontecimentos e dos objectos apreendidos. Não se podem compreender as condutas mnemónicas sem as ligar às operações do pensamento e às noções simbólicas, da experiência subjectiva ou fenomenal, e aos aspectos relacionados com a afectividade e as emoções. A memória humana está associada a intenções e é portadora de fins, de

¹ Cf. César Florès, *La Mémoire*, Paris, P.U.F., 1972 (Trad. port.: *A Memória*, Mem-Martins, Publicações Europa-América - Colecção Saber, 1980).

² Para uma abordagem global, actualizada e didáctica pode ler: Alan Baddeley, *La Mémoire Humaine: Théorie et Pratique*, Grenoble, PUG, 1993.

³ Joël Candau, *Anthropologie de la Mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1996, p. 10.

valores, de símbolos e de significações⁴. Por isso, o estudo da memória interessa às ciências da vida e às ciências humanas e sociais.

Tal como o pensamento, a memória tem uma dimensão social que deriva do facto das experiências e das aprendizagens dos indivíduos se desenvolverem no quadro das relações com os outros e com o mundo. Por sua vez, estes são capazes de transmiti-las e de partilhá-las com os outros, tornando-se parte de uma cadeia de produção e reprodução de saberes, de conhecimentos e de representações próprios de uma determinada cultura. Ao nível inferior, que Joël Candau designa como **protomemória**⁵, situam-se todas as noções profundamente interiorizadas, os desempenhos corporais, as rotinas, os hábitos, os comportamentos automatizados dos quais quase não tomamos consciência e que formam o saber e a experiência mais resistentes e melhor partilhadas pelos membros de uma sociedade. No nível superior, a **memória** propriamente dita implica a capacidade de lembrar ou de reconhecer, seja de forma deliberada ou involuntária. Neste aspecto, os gregos estabeleciam a distinção entre a *mneme*, simples presença no espírito da lembrança, e a *anamnesis*, reminiscência que resulta de um esforço para recordar e representar o acontecido. Por fim, a **metamemória** refere-se à ideia que cada indivíduo tem da sua própria memória.

Em cada um destes níveis há uma intervenção decisiva das trocas efectuadas pelos indivíduos no seio da sociedade. Um simples gesto de saudação, feito de forma automática e impensada, faz parte da protomemória dos indivíduos e varia nas diferentes culturas. A maior parte das práticas sociais e os intercâmbios de ideias, saberes, experiências e vivências requerem a mobilização da memória a um nível mais elevado e os processos de socialização fazem-se sentir de uma forma ainda mais decisiva. Maurice Halbwachs mostrou, inclusive, que os indivíduos precisam da ajuda dos outros, da família e dos grupos nos quais estão inseridos, para poderem recordar o seu próprio passado⁶. Na memória individual subsistem impressões, fragmentos, imagens que são reconstruídas e se podem tornar lembranças mais completas com a colaboração dos outros parceiros sociais. Todos têm a experiência dos relatos feitos pelos familiares sobre a infância que, afinal, são fundamentais para poderem construir as suas memórias mais remotas. Mas o mesmo se passa em relação a acontecimentos mais

⁴ *Idem*, p. 12.

⁵ A taxonomia apresentada é de Joël Candau (Cf. *Mémoire et Identité*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998, p. 11-14).

⁶ Cf. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994 (1.ª ed., 1925) e *La Mémoire Collective*, 2.ª éd. revue et augmenté, Paris, PUF, 1968.

recentes, em que a recordação das experiências pessoais vividas se mescla e se recria no confronto com aqueles que estão próximos e com os relatos socialmente transmitidos. A transmissão social de memórias sobre o passado é que permite enquadrar e dar sentido a muitas das recordações individuais. Deste modo, as representações dos indivíduos sobre a sua própria memória, isto é, a possibilidade de discorrerem sobre ela para sublinhar as suas particularidades, o seu interesse, a sua profundidade ou as suas lacunas⁷, dependem fortemente da sua integração social e do seu nível de cultura.

No sentido estrito de capacidade ou faculdade, a memória é individual. O acto de lembrar é inteiramente pessoal e só por analogia se pode defender que as sociedades recordam. Se bem que seja evidente a importância que as interações sociais têm no processo de construção das memórias individuais e a existência de lembranças partilhadas ou comuns aos diversos grupos humanos. A **memória colectiva** engloba o conjunto de referências, valores e saberes, do foro intelectual ou prático, que um determinado grupo social possui em comum e de representações que partilha sobre si e a sua trajectória. A memória reporta-se às heranças culturais e ao passado, mas este é representado em função dos interesses e valores do presente e das aspirações em relação ao futuro. Por isso, Pierre Nora refere que a «memória colectiva é o que fica do passado na vivência dos grupos ou aquilo que os grupos fazem do passado.»⁸ Pode tratar-se do passado directamente vivido pelos indivíduos, que são capazes de recordar, ou daquele que pertence à história do grupo e é reconstituído e contado ao longo das gerações.

A dimensão dos grupos sociais que possuem em comum determinadas memórias pode ser muito variável. Existem memórias familiares e de linhagem, memórias de gerações, memórias de classes, memórias de grupos sócio-profissionais, memórias dos crentes de religiões, memórias tribais e étnicas, memórias de nações, memórias à escala de pequenos grupos, de indivíduos que se conhecem entre si, ou memórias partilhadas a uma escala impessoal, por vastos conjuntos humanos. Os estudos pioneiros de Halbwachs permitiram mostrar de que forma as memórias colectivas são construídas e reconstruídas pelos grupos sociais, nomeadamente os trabalhos sobre a memória dos músicos e sobre a dos cristãos, a partir da evolução da topografia lendária

⁷ Joël Candau, *ob. cit.*, p. 15

⁸ Pierre Nora, «Memória Colectiva» in *A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990, p. 451.

dos Evangelhos na Terra Santa. Posteriormente, multiplicaram-se os estudos sociológicos, antropológicos e históricos sobre as memórias. Memórias de diferentes grupos sociais, camponeses, operários, mulheres, etc., ou memórias de comunidades, enraizadas em territórios delimitados, têm sido objecto de pesquisas⁹. Todas essas memórias podem ser abrangidas pela designação genérica de **memória social**, que é a expressão preferida pelos utilizadores da língua inglesa¹⁰.

A memória individual pode ser espontânea e muitas vezes ocorre de forma inconsciente. Não se sabe porque motivo nem de que forma certas coisas são retidas e lembradas pelos indivíduos, enquanto que outras são ignoradas. Pelo contrário, as memórias colectivas resultam de um esforço consciente e deliberado para serem construídas e mantidas pelas sociedades. Segundo Moses I. Finley, a memória colectiva é o resultado da transmissão a um grande número de indivíduos das lembranças de um só homem ou de alguns homens, muitas vezes repetidas¹¹. Este acto de comunicação e, logo, de conservação da memória não é espontâneo nem inconsciente, mas deliberado e destinado a atingir um fim conhecido daquele que opera a transmissão. Por isso, ele aconselha o historiador a perguntar-se sempre quem bene-

⁹ A bibliografia é vasta e aumenta todos os dias. Pode-se referir, a título de exemplo, o estudo de Nathan Wachtel sobre a memória dos ameríndios em relação à conquista espanhola (*La Vision des Vaincus. Les Indiens du Pérou devant la Conquête Espagnole*, Paris, Gallimard, 1971), de Amin Maalouf sobre *As Cruzadas Vistas pelos Árabes* (9.ª ed., Lisboa, Difel, 1998; ed. original, 1983), de Marc Ferro sobre a forma como a história é contada às crianças através do mundo inteiro (Trad. port.: *Falsificações da História*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1994), de Lucette Valensi sobre a batalha de Alcácer Quibir (*Fables de la Mémoire, La Glorieuse Bataille des Trois Rois*, Paris, Éditions du Seuil, 1992) ou a monumental obra de investigação, dirigida por Pierre Nora, sobre os «lugares de memória» da França e dos franceses (*Les Lieux de Mémoire*, 7 vol., Paris, Gallimard, 1984-1992). O antropólogo Mondher Kilani fez um interessante estudo sobre a construção da memória no oásis de El Ksar de Gafsa (*La Construction de la Mémoire*, Genève, Labor et Fides, 1992) e na obra, entretanto traduzida, de James Fentress e Chris Wickham são apresentadas e discutidas abordagens das memórias camponesas, operárias, nacionais e das mulheres, além das memórias medievais de várias regiões (*Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1994). A revista francesa *Le Débat*, dirigida por Pierre Nora, tem dedicado uma especial atenção aos problemas da memória, podendo destacar-se o número 78 sobre «Mémoires Comparées» (Paris, Éditions Gallimard, Janvier-Février 1994).

¹⁰ Halbwachs utiliza muito pouco a expressão memória social e o seu exemplo influencia o mundo francófono. Gérard Namer propõe que, por método, se separe o social (o que pertence à sociedade) e o colectivo (que pertence a uma sociedade, a um grupo) – *Mémoire et Société*, Paris, Meridiens Klincksieck, 1987, p. 21.

¹¹ Moses I. Finley, *Mythe, Mémoire, Histoire: les Usages du Passé*, Paris, Flammarion, 1981, p. 32.

ficia: *Cui bono?* A memória é, em geral, selectiva. Mas a colectiva é, além disso, normativa, visto que a memória do grupo é um exemplo, uma lição que comporta regras sobre as acções humanas¹².

O bom funcionamento da memória só é possível através da dialéctica que se estabelece entre lembrança e esquecimento. Nem tudo é ou pode ser recordado a todo o momento. Esquecer é necessário para poder recordar e manter a saúde da memória. No caso dos indivíduos, o esquecimento significa que o sujeito deixou de ter acesso aos registos e de ser capaz de actualizá-los. É um processo natural e espontâneo, mas pode não ser definitivo. Novas circunstâncias pessoais podem permitir recuperar a lembrança. A Psicologia distingue o esquecimento, processo normal, da amnésia, patologia que pode ter uma explicação fisiológica ou psíquica. São conhecidas as amnésias que resultam de acidentes, de doenças e de experiências traumáticas, cuja lembrança é recalçada de forma inconsciente e podem estar relacionadas com certas perturbações, como foi demonstrado pela psicanálise. A recordação pode ocorrer no quadro de um trabalho desenvolvido com a ajuda do psicoterapeuta e vir a fazer parte do tratamento.

As memórias partilhadas pelos membros dos grupos sociais também estão sujeitas ao esquecimento. A lembrança colectiva de certos acontecimentos só é mantida se estes forem objecto de ritos de evocação, como as comemorações, ou de formas diversas de transmissão social e de uso pelos cidadãos. Através da escola, dos meios de comunicação social, da família, dos contactos com os grupos nos quais se integram, os indivíduos vão adquirindo informações, imagens, ideias que lhes permitem formar certo tipo de representações sobre o passado comum. Este pode reportar-se a acontecimentos mais antigos ou recentes, cuja recordação é mantida viva na medida em que responde a problemas como o de saber qual a origem do grupo, quais os momentos de glória, que podem servir de proveito e exemplo para o presente ou até mesmo de estímulo para o futuro. O uso social dessas memórias é indispensável para que se mantenham vivas.

Assim, os sucessivos ciclos de comemorações oficiais dos descobrimentos portugueses, que tiveram início nas últimas décadas do século XIX, transformarem esse momento histórico numa referência para a maioria dos portugueses, associado a uma ideia de grandeza da nação e a um motivo de orgulho colectivo. Pelo contrário, a guerra colonial suscita ainda memórias a quente e muito desencontradas, mas depois de ter sido considerada a única resposta possível aos movimentos de

¹² Gérard Namer, *ob. cit.*, p. 58

independência das colónias é, actualmente, associada ao sofrimento e a algo de inglorio. Utiliza-se a expressão guerra colonial, no singular, para se referir os conflitos militares de 1961 e 1974, mas há um esquecimento generalizado dos múltiplos confrontos sangrentos em que o país esteve envolvido em quase todas as colónias, na sequência da Conferência de Berlim e do esforço que foi feito pelo Estado para a sua ocupação efectiva. Porém, no final do período da Monarquia Constitucional e na I República, as acções militares dos portugueses e as vitórias alcançadas nas colónias, de Timor à Guiné, foram objecto de grande exaltação. O Estado Novo procurou manter uma determinada memória desse passado heróico das campanhas de ocupação, muito polarizado no culto da figura de Mouzinho de Albuquerque¹³. Hoje é frequente que estudantes universitários do curso de História não tenham a mais vaga ideia sobre Mouzinho e, de modo geral, os portugueses pouco ou nada sabem sobre as guerras coloniais anteriores à última. Estes exemplos mostram que a memória colectiva é variável e depende, fortemente, de factores políticos e ideológicos.

É evidente que nos reportamos à memória viva dos grupos sociais. Um sentido diferente deveria ser atribuído à memória arquivada, formada pelos múltiplos documentos e os testemunhos que permitem aos historiadores construir as suas representações sobre o passado ou, noutro plano, composta ainda por obras e textos de diversa índole, de que só uma minoria toma conhecimento. O conceito de memória tem sido utilizado em sentidos que implicam a sua reificação. Ora, nem tudo o que existe sobre a forma de *traço* ou *vestígio* do passado faz parte da memória e esta não é uma *coisa* independente dos sujeitos individuais ou colectivos, grupos sociais e comunidades, que a constroem e sustentam. Tem de existir um *traço* do passado para haver memória, mas esta não decorre de forma linear daquele. É uma construção dos indivíduos e, por extensão, das sociedades, visto que as relações que entrecem entre eles são fundamentais para criar e recriar as lembranças ou para esquecer aquilo que já não interessa manter presente.

Joël Candau chamou a atenção para o facto de que a única coisa que os membros de um grupo realmente partilham é aquilo que esqueceram do passado comum¹⁴. Mais do que de lembranças, a memória

¹³ Ver sobre o tema: Jorge Seabra, «O Império e as memórias do Estado Novo. Os Heróis de Chaimite» in *Revista de História das Ideias*, Vol. 17, Coimbra, 1995, pp. 33-78; Maria Isabel João, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 616-635.

¹⁴ Joël Candau, *Anthropologie de la Mémoire*, p. 64.

colectiva é composta pela soma dos esquecimentos. O que os indivíduos recordam em comum é sempre difícil de determinar, mas se, por exemplo, fizermos um inquérito sobre os heróis dos portugueses poder-se-á chegar a algumas figuras emblemáticas, lembradas pela maioria da população. Todavia, é certo que, no vasto conjunto das figuras históricas assinaláveis, uma parte foi esquecida pela generalidade dos portugueses. A única certeza, ou quase, é que a memória colectiva tem isso em comum. O resto é constituído por lembranças, ou melhor, por representações e imagens do passado partilhadas por um número maior ou menor de portugueses.

A lembrança e o esquecimento dependem de factores sócio-culturais e políticos, por isso variam através do tempo. Não só as memórias colectivas assumem diferentes configurações, mas também a vontade de recordar em público os acontecimentos é variável. As memórias traumáticas de experiências colectivas, que afectam a imagem que o grupo tem de si, necessitam de uma distância, em média, de 20 a 25 anos para darem origem a monumentos, museus, séries de filmes, entre outras manifestações públicas de um desejo de recordar o evento¹⁵. Antes desse período, é demasiado doloroso falar disso e não há o consenso social e o distanciamento que a recordação comum, ou comemoração, requerem aos cidadãos. Por vezes, o esquecimento é a única forma de garantir a paz social e o exercício da democracia, como Nicole Loraux mostrou em relação a Atenas, no início do século V a.C.¹⁶, e a experiência do rescaldo das brutais ditaduras da Argentina e do Chile também parecem indicar. Esquecer pode ser uma forma de ultrapassar os ódios e de continuar a vida. Mas, em geral, essa atitude esconde a necessidade que os indivíduos e as sociedades têm de possuir uma imagem positiva sobre si, relegando para o limbo os grandes desaires e os acontecimentos menos abonatórios. No extremo, o esquecimento pode constituir uma forma de amnistia social dos crimes cometidos por certos regimes políticos ou organizações, com a con-

¹⁵ James W. Pennebaker, Dario Perez, Bernard Rimé (ed.), *Collective Memory of Political Events. Social Psychological Perspectives*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1997, p. 10. O Vietnam Memorial Hall só foi inaugurado em 1982, quase 25 anos depois dos primeiros combatentes terem morrido na guerra. O monumento erguido em memória dos combatentes da guerra colonial, em Portugal, necessitou de um lapso de tempo ainda maior e não foi imune à polémica. Foi construído em 1993 e os nomes registados no mármore cobrem o período de 1958 a 1975. Assim, entre a primeira data e a da construção do monumento medeiam 35 anos.

¹⁶ N. Loraux, «De l'amnistie et de son contraire» in Yerushalmi et al., *Usages de l'Oubli*, Paris, Seuil, 1987, p. 23-48.

vência activa ou passiva de uma parte dos membros da sociedade. Por isso, é pertinente que os cidadãos se interroguem sobre o dever, o direito e a necessidade da memória. Em muitas situações, as respostas não são lineares nem consensuais.

História e memória

As relações entre a História e a memória são muito estreitas e complexas. Se de um ponto de vista epistemológico e conceptual é correcto distingui-las, na realidade os seus campos interpenetram-se de tal modo que é difícil estabelecer as respectivas fronteiras. Contudo, diversos autores têm sublinhado que a História procura reconstruir o passado com objectividade e de forma rigorosa, pautando o seu discurso pelo distanciamento crítico, pela racionalidade e pela veracidade. Serve-se para o efeito de metodologias específicas e de regras de erudição que conduzem à produção de narrativas em que a reconstituição dos factos se articula de forma a explicá-los e torná-los inteligíveis. Pelo contrário, as memórias colectivas prendem-se com a afectividade e com a necessidade que os grupos sociais e as comunidades têm de possuir uma auto-imagem positiva que os identifique perante si e os outros. As memórias reflectem, assim, de forma directa os interesses, as paixões e as emoções dos indivíduos e dos grupos e limitam-se à verosimilhança. A História pretende ser independente de interesses particulares e colectivos e o seu discurso fundamenta-se nos documentos e testemunhos, devidamente joeirados pela crítica. A sua estratégia de convencimento é baseada na argumentação racional e na identificação precisa das suas fontes. Não pretende julgar, mas compreender e explicar os factos e as acções dos homens. As memórias colectivas, em contrapartida, estão ao serviço de interesses sociais: o interesse das famílias, nos registos das linhagens e das sagas familiares; os interesses das etnias e das nações, nos relatos míticos e heróicos das suas origens e da sua história, ou o interesse de quaisquer grupos sociais e poderes instituídos que as mantêm vivas e as actualizam de acordo com a sua necessidade de preservação e de afirmação da identidade. A memória julga e tende a ser crédula e subjectiva, o que a leva a sacralizar e a mitificar determinadas figuras e acontecimentos. Estes acabam por ser elevados à categoria de modelos e por se tornar um espelho das virtudes colectivas. O lendário e o mítico ocupam um lugar importante nas memórias colectivas dos povos.

As diferenças entre a História e a memória só se acentuam com a emergência de paradigmas científicos e positivistas de construção das

narrativas historiográficas. A História torna-se uma disciplina académica, produzida por especialistas e reconhecida como área de investigação e de ensino. Recorre a metodologias e a técnicas mais elaboradas, bem como a conceitos e a uma linguagem menos acessível para a maioria dos cidadãos. Evolui, afinal, de uma forma idêntica a outros ramos do conhecimento que se divorciam do senso-comum e das ideias vulgares. Mas, no caso da História, essa evolução suscita reacções adversas: por um lado, continua a pedir-se à História que sirva de alimento às memórias colectivas, fornecendo-lhes elementos actualizados e novas representações sobre o passado; por outro lado, nem sempre essas actualizações são bem vistas e há uma evidente tensão entre a objectividade de que se pretende revestir o saber histórico, aberto a questões e dúvidas, e a subjectividade, o conformismo e o carácter sacralizador da memória. A polémica e a resistência que suscitou a negação do mito do milagre de Ourique, feita por Alexandre Herculano, ou da lenda da «Escola de Sagres», que já tinha sido posta em causa na segunda metade do século XIX, pelo marquês de Sousa e Holstein e Brito Rebelo, são ilustrativas disso mesmo¹⁷.

Todavia, entre os campos da memória e da História não há limites precisos e estanques. O trabalho dos historiadores bebe na memória social, esse magma cultural no qual se forja a sensibilidade em relação ao passado e a identidade. Desde logo, na medida em que possuem também representações, imagens, noções sobre o passado que foram forjadas através da sua vivência social e da aprendizagem necessária ao exercício da profissão. Os discursos sociais sobre o passado condicionam a produção científica, apesar do esforço que é feito pelos historiadores para se distanciarem e exercerem a crítica. Por outro lado, os documentos e os testemunhos com os quais trabalham fazem parte da memória arquivada pelas sociedades e estes limitam a possibilidade de conhecer realmente aquilo que se passou. O conhecimento do passado é, assim, mediatizado pela própria memória: a memória individual do historiador, que não é imune ao tempo em que vive e à sua experiência social, e a memória arquivada.

Tal como a memória, a História também é selectiva e as suas construções e reconstruções do passado são, afinal, representações

¹⁷ Ver sobre o assunto: Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 261-265; Maria Isabel João (Estudo inicial e selecção de documentos), *O Infante D. Henrique na Historiografia*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 19 e 30.

igualmente permeadas pela subjectividade e pelo presente. A condição humana do sujeito e a natureza do seu objecto de estudo impõem-lhe limites inultrapassáveis. Fernando Catroga vê mesmo a escrita da história como um rito de recordação e acha compreensíveis as analogias que têm sido feitas entre esta e o cemitério: «assim como a visita à necrópole é acto memorial de *re-presentificação* – suscitado a partir de «sinais» que referenciam um «objecto ausente» –, também a escrita (e a leitura) da história se constrói a partir de *traços* e de *re-presentações* que visam situar, na ordem do tempo, algo que sabe ter existido, mas que já não existe.»¹⁸

Porém, não podemos confundir a História com as memórias colectivas, por mais que tenhamos consciência da inexistência de fronteiras rígidas entre ambas. A História postula a distância em relação ao passado, que é visto como algo estranho, como o outro; enquanto que a memória une os vivos com os mortos, identifica-se com eles e não opera os necessários cortes no tempo. Pelo contrário, estabelece uma linha de continuidade e remete para coisas essenciais e primordiais, que a colocam fora do tempo. A memória colectiva tem uma ideia vaga, flutuante e aproximativa do tempo e é imprecisa em relação aos factos históricos, dos quais só retém o que interessa ao grupo num dado momento. É muito permeável aos factores políticos e ideológicos, como já referimos, o que a torna especialmente vulnerável e sujeita a manipulações¹⁹. A memória dos grupos sociais atém-se a ideias simples, maniqueístas, estereótipos e mitificações sobre o passado.

Até ao momento falámos de memória social e de memórias colectivas em contraposição com a História ou, para ser mais explícita, com a historiografia. Mas é importante distinguir ainda a **memória histórica** que, segundo Pierre Nora, «é fruto de uma tradição sábia e «científica», é ela própria a memória colectiva do grupo dos historiadores.»²⁰ Neste sentido, a memória histórica possui as características referidas para a História: analítica e crítica, precisa e distinta, racional. A ela compete recuperar dos arquivos e dos silêncios das memórias

¹⁸ Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001, p. 40.

¹⁹ Joël Candau refere um exemplo da noção de memória colectiva que mostra também a sua permeabilidade aos contextos político-ideológicos. Uma sondagem realizada na Alemanha por ocasião do cinquentenário do 8 de Maio de 1945 inquiriu o seguinte: «Quem teve a maior responsabilidade na derrota do nazismo?» Cerca de 80% dos alemães ocidentais responderam «os Estados Unidos»; enquanto que 96% dos habitantes da antiga RDA indicaram a URSS (*Anthropologie de la Mémoire*, p. 62).

²⁰ Pierre Nora, «Memória Colectiva» in *A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990, p. 451.

colectivas grande parte do passado que foi esquecido pelas sociedades. Descobrir, conhecer e compreender para poder transmitir uma visão tão completa e rigorosa quanto for possível do passado é, ou deveria ser, o objectivo da História e, logo, de uma memória que a tivesse como referência fundamental. Nem só os historiadores profissionais, ligados a instituições científicas e académicas, são os responsáveis pela construção da memória histórica. Este é um domínio em que muitos amadores intervêm, nalguns casos com inegável mérito e erudição, e em que a divulgação desempenha um papel muito importante.

A transmissão da História ao grande público, utilizando uma linguagem escrita ou audiovisual acessível, situa-se na fronteira entre a memória histórica e as memórias colectivas. A apropriação do discurso histórico pode ser feita a vários níveis e com diferentes objectivos, desde os propósitos de formação pedagógica e «científica» do sistema de ensino aos fins culturais e artísticos das colecções bibliográficas, dos documentários, da literatura e do cinema. O período oitocentista foi fértil em grandes dramas e romances históricos. No século XX, a História passou para o cinema e a televisão, entrando no circuito do consumo cultural de massas. Ora, são essas narrativas e visões da História que vão formar as memórias colectivas. Convém, por isso, que sejam informadas e próximas da memória histórica.

O terreno do estudo da memória é dos mais escorregadios, por causa da dificuldade de precisar os conceitos e de delimitar os respectivos campos de análise. A História da historiografia permite traçar uma perspectiva diacrónica da memória histórica, mas também da evolução das metodologias, das técnicas e das teorias que constituem a história deste ramo do saber²¹. A História da divulgação historiográfica – manuais escolares, colecções dirigidas ao povo, séries em banda-desenhada, documentários cinematográficos e televisivos, etc. – insere-se na fronteira entre a memória histórica e as memórias colectivas. Os seus temas, informações e representações são tributárias da memória histórica, mas também repercutem a sensibilidade, os interesses e os valores dos indivíduos e dos grupos sociais nos quais aqueles estão inseridos. Há assuntos recorrentes e valorizados, enquanto que outros são marginalizados ou mesmo esquecidos. Certas ideias e imagens repetem-se de forma exaustiva. Aliás, a relação entre o texto escrito e a iconografia é fundamental, porque se sabe que a visão facilita o trabalho da memória. Em ambos os casos, a História faz-se a

²¹ Ver a obra: Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

partir da análise de séries discursivas que permitem reconstruir as memórias, apreender as suas linhas de força, os matizes ideológicos e as mudanças.

O campo da historiografia da memória é vasto e não se circunscreve ao que foi registado em papel ou em suporte magnético. Pierre Nora propôs o conceito operatório de «**lugares de memória**», que definiu do seguinte modo: «*unité significative, d'ordre matériel ou idéal, dont la volonté des hommes ou le travail du temps a fait un élément symbolique d'une quelconque communauté.*»²² Trata-se de partir dos lugares onde as sociedades depositam as suas recordações ou as evocam num esforço colectivo de anamnese e de afirmação da sua identidade. Discriminou: **lugares topográficos** da memória, como as bibliotecas, os arquivos e os museus; **lugares simbólicos**, como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; **lugares funcionais**, como os manuais, as autobiografias ou as associações²³. A aplicação do conceito foi feita na monumental obra intitulada *Les Lieux de Mémoire*, que se divide em três tomos e sete volumes: *La République* (1 vol.); *La Nation* (3 vol.); *Les Frances* (3 vol.).

Na Inglaterra, Eric Hobsbawm e Terence Ranger publicaram, em 1983, *The Invention of Tradition*. A obra é uma outra forma de abordagem dos problemas da memória, desta feita centrada sobre a tradição. Ao contrário do que, geralmente, se pensa, esta não se perde na noite dos tempos, mas é construída e reconstruída pelas sociedades e pelos poderes instituídos em função de determinados interesses e em momentos históricos precisos. É o que demonstra Hugh Trevor-Roper em relação à tradição das Terras Altas da Escócia, ou David Cannadine a propósito dos rituais da monarquia britânica entre 1820-1977. «Inventar» a tradição significa pôr em marcha um conjunto de práticas, normalmente governadas por regras aceites e por um ritual de natureza simbólica, que visa inculcar certos valores, normas e comportamentos através da repetição. A continuidade com o passado é importante ou, pelo menos, com a parte dele considerada conveniente. É o caso, por exemplo, das correntes artísticas revivalistas da segunda metade do século XIX que, em Portugal, se traduziram no uso recorrente do estilo neo-manuelino. Essa referência histórica evoca um tempo de grandeza e de glória nacional que se pretendia, simbolicamente, ressuscitar nos monumentos públicos. Mas, noutra plano, são também tradições «inventadas» recentes os símbolos nacionais e os rituais que lhes estão

²² Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire*, Tomo III, Paris, Gallimard, 1992, p. 1104.

²³ *Idem*, «Memória Colectiva», ob. cit., p. 454.

associados para afirmar a legitimidade da República e a coesão do corpo nacional.

Em Portugal, o Gabinete de Estudos de Simbologia realizou um colóquio sobre o tema *A Memória da Nação*, em 1987, organizado por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. No ano seguinte, Fernando Catroga apresentou, na Universidade de Coimbra, a sua dissertação de doutoramento sobre *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, onde abordava questões como a festa cívica, o culto cívico dos mortos e a comemoração, vista pelo autor como uma forma de «liturgia cívica do passado». Estes temas continuaram a ser trabalhados por Catroga em diversos textos, entretanto publicados, e têm sido um dos focos de interesse do Instituto de História e Teoria das Ideias, da Faculdade de Letras de Coimbra, e da sua revista. Assim, em 1996, surgiu a primeira síntese geral sobre *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX)*, da colaboração frutuosa de três professores daquela Faculdade: Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga. A obra é constituída por duas partes: a primeira, apresenta a história da historiografia portuguesa, nestes dois séculos, e a segunda debruça-se sobre a memória colectiva tal como foi sendo construída pelo sistema de ensino, por múltiplas formas de divulgação da história e pelas comemorações.

O interesse por estes temas não escapou à Associação dos Professores de História que, logo em 1987, realizou um Encontro sobre *A Construção Social do Passado*²⁴. Já nos anos 90, Sérgio Campos Matos defendeu uma dissertação de doutoramento sobre *Memória e Nação: Historiografia Portuguesa de Divulgação e Nacionalismo (1846-1898)*, na Faculdade de Letras de Lisboa²⁵. João Medina, da mesma instituição, já se tinha também interessado pelo problema da memória nacional, podendo destacar-se o artigo sobre «O Poder e a Glória: o Panteão Português desde o Liberalismo aos Nossos Dias»²⁶. Por sua vez, na *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, o tema da memória não foi ignorado, pelo menos em alguns volumes. Mas, no

²⁴ *Actas do Encontro «A Construção Social do Passado»*, 27, 28 Nov. 1987, s.l., A.P.H., 1992.

²⁵ Já publicada com o título: *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX* (Lisboa, Edições Colibri, 1998). Um trabalho que vem na sequência da tese de mestrado, onde os problemas da memória já estavam em foco - *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

²⁶ In João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. IX, Amadora, Clube Internacional do Livro, s.d., pp. 285-302.

conjunto da obra, esta nova problemática da historiografia ainda não tem um peso significativo e todo o projecto é, globalmente, dominado por uma visão económico-social e política da história nacional. Na *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, procurou-se integrar o problema das práticas culturais e das identidades, logo das memórias, na estrutura geral da obra, como um elemento fundamental do quadro interpretativo de cada época. Nesta linha, o quarto volume dedica um capítulo específico à questão da «Organização da Memória» – bibliotecas, arquivos, museus, produção historiográfica e divulgação através do sistema de ensino – e outro às «Comemorações e Mitos da Expansão», da nossa autoria. O quinto volume termina, precisamente, com uma reflexão sobre «A Memória da Expansão», feita por Francisco Bethencourt.

Este quadro não pode, naturalmente, ser exaustivo. Entre os trabalhos publicados mais recentes, salientamos: *História e Memória: A Restauração de 1640 do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, de Luís Miguel Oliveira Andrade, que trata da forma como aquele evento foi apropriado pela historiografia e pela memória colectiva; *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil*, de Maria Cândida Proença, Luís Vidigal e Fernando Costa, que faz uma digressão pelos manuais escolares, pela literatura infanto-juvenil e pelo papel da História nacional na ideologia e na conduta das associações e organizações juvenis, no período do Estado Novo; *A Memória Liberal na Ilha Terceira*, de Carlos Enes, que analisa o modo como foi recordada, nos séculos XIX e XX, a participação daquela ilha dos Açores na implantação da Monarquia Constitucional. O terreno flúido que vai da memória histórica às memórias colectivas, e vice-versa, é actualmente um dos objectos da historiografia. Este tipo de reflexão permite, ao mesmo tempo, um olhar mais crítico sobre o próprio discurso historiográfico, mostrando de que forma foi e é condicionado pelos contextos sociais e políticos da sua produção.

O ensino da História e a formação da memória

O ensino da História visa formar a memória histórica dos futuros cidadãos. Não se pretende transformar os jovens estudantes em pequenos historiadores, munidos das competências técnicas e científicas que são necessárias para fazer a História. Tal objectivo seria irrealista e despropositado. O que se deseja é fornecer aos jovens um conjunto de conhecimentos que lhes permitam situar-se no mundo em que vivem e compreender que as sociedades se transformam através do

tempo. É evidente que decidir sobre o conteúdo desse ensino, logo da memória histórica que se deseja formar, não é uma tarefa fácil e depende de factores culturais, políticos e ideológicos. A própria evolução da historiografia repercute na forma como são elaborados os programas escolares e condiciona a selecção dos temas valorizados pelo sistema educativo. De uma História focada nos acontecimentos políticos e nos grandes homens passou-se para uma História voltada para os aspectos económicos e sociais; de uma História narrativa evoluiu-se para uma História mais estrutural e problematizante; a História centrada sobre a nação, sobre *nós*, alargou o horizonte para os outros e, em especial, para a civilização europeia. Estes processos de mudança não são lineares nem definitivos. Os contextos culturais e políticos transformam-se, as visões da historiografia modificam-se e as concepções educativas também, logo os conteúdos do ensino podem ser reavaliados e revistos.

A memória permite aos seres humanos estabelecer a relação com o tempo: o tempo privado da vida de cada indivíduo e o tempo público do percurso histórico das sociedades. Recordar-se algo que se passou, tenha ou não sido vivido pelo indivíduo. Deste modo, a memória é essencialmente autobiográfica e histórica²⁷. A primeira é a base para os indivíduos construírem uma representação de si próprios que lhes permite identificarem-se como pessoas. A segunda desempenha uma função similar em relação aos grupos sociais e às comunidades que partilham um acervo de noções e de imagens sobre o passado comum. Na sociedade actual fortemente dominada pelos meios de comunicação social, a escola deixou de ter a primazia na formação da memória dos jovens. Esta alimenta-se de um fundo esparso de representações transmitidas pelos círculos de sociabilidade mais próximos e por diferentes vias de divulgação da história. Documentários, filmes, bandas desenhadas, romances, discursos políticos e propaganda contribuem para forjar imagens sobre o passado. Aí tudo se encontra mesclado: as visões míticas com as mais objectivas e fundamentadas, as ideias parciais e as deturpações com as narrativas mais sérias e informadas. É necessário espírito crítico, informação, apego à reflexão independente para joeirar o trigo, o que deve ser uma tarefa central do sistema de ensino. Tal como os jovens aprendem na escola a distinguir as noções do senso comum, as superstições vulgares do pensamento científico, também deveriam ser capacitados para distinguir aquilo que resulta dos preconceitos e de uma interpretação unilateral, sectária ou apaixonada dos

²⁷ Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 16.

factos históricos de uma visão crítica, racional, objectiva e informada. No fundo, conhecer o passado e ser capaz de tecer considerações sobre ele é uma forma de se ver como parte de um colectivo e de sentir que participa no seu devir. Mas, além disso, tem de ser uma maneira de reconhecer os outros povos e culturas, de compreender a diversidade humana e as diferenças existentes, sobre um fundo comum que unifica todo o género humano.

As representações sobre o passado das sociedades têm sido um lugar de confrontos e de batalhas políticas que visam assegurar a legitimidade de uns em detrimento de outros, os direitos que se consideram adquiridos ou aqueles que se pretendem alcançar, o reconhecimento das nações, dos Estados, das etnias ou de certos grupos. Os Estados, as Igrejas, os partidos políticos, grupos de interesses privados lutam por impor a sua visão da história, exercendo controlo sobre os meios de comunicação e sobre as versões do passado que são divulgadas. Tomar consciência disso e ser capaz de questionar essas representações é um passo muito importante na formação dos jovens. A memória histórica deve ser plural e capaz de identificar várias perspectivas, com vista a construir uma representação tão objectiva quanto possível dos factos. Ao contrário das memórias colectivas, fundadas no esquecimento e na manipulação do passado, a memória histórica deve permitir o alargamento dos horizontes, o confronto das análises, o pensamento crítico e a reflexão pessoal. Por isso, é muito importante suscitar experiências de aprendizagem que coloquem os jovens face a problemas reais e perante várias alternativas de resposta.

Os caminhos trilhados pela humanidade não resultam da fatalidade ou do destino, mas das opções tomadas pelos seres humanos em determinados contextos. Estes podem ajudar a explicá-las, mas não podem ser entendidos como algo de absoluto. As condições históricas são fruto da acção humana e podem ser modificadas pela sua intervenção. Nada está inscrito, definitivamente, na ordem do tempo e é importante que o conhecimento do passado sirva para pôr em questão o presente e o futuro que se deseja construir. A História não é um instrumento de conservação e de conformismo, mas uma via para pensar os problemas humanos de forma global, diacrónica e para adquirir consciência do carácter transitório da vida, das sociedades, das crenças, das verdades. Não se trata, contudo, de enveredar pelo relativismo, mas de desenvolver atitudes e comportamentos abertos, tolerantes e humanistas, bem como de suscitar uma capacidade de olhar para diante e de projectar o devir.

Assim sendo, os conteúdos e os valores são a pedra de toque do programa da disciplina da História. A sua análise diz muito sobre o que

se pretende transmitir do passado comum aos jovens e sobre os princípios que informam a educação. A sua ausência ou uma concepção minimalista destes aspectos curriculares é expressiva de uma visão instrumental do ensino, excessivamente centrada em *competências*²⁸. Pode colocar-se, deste modo, em risco a formação da memória histórica que tem de se alicerçar em factos e figuras, em narrativas que dêem sentido às informações dispersas, integrando-as em quadros com um significado que seja compreensível para os jovens. Não quer dizer que o pensamento abstracto e conceptual deva ser banido do ensino da História, o que seria absurdo. Mas é preciso valorizar os acontecimentos, o papel dos indivíduos e as suas acções, o concreto e o quotidiano, as pequenas histórias que fazem, afinal, também parte da História. São muitas vezes os detalhes pitorescos, os episódios que prendem a atenção e despertam o interesse pelo conhecimento mais aprofundado da História.

Além disso, sem noções seguras sobre o espaço e o tempo em que ocorreram os factos, não há verdadeira memória histórica. A geografia e a cronologia são mal amadas, porque se confundem com a memorização de nomes de lugares e de datas. Ora, não se trata de uma operação tão simples e enfadonha, mas de ser capaz de *situar* os acontecimentos históricos. O que implica o domínio dos parâmetros ou coordenadas de referência definidos e a capacidade de estabelecer relações, conexões entre os fenómenos. Aliás, todo o pensamento histórico é relacional e daí deriva a sua principal dificuldade. A memória duradoura também depende das associações que é possível estabelecer e da efectiva interiorização do saber. Exige mais do que decorar de forma mecânica factos que não se compreendem bem e que rapidamente são esquecidos.

O excesso de importância que foi atribuído a esta faculdade, nos sistemas pedagógicos mais antigos, levou os modernos a desvalorizá-la e a colocar a tónica na capacidade de pensar e no saber prático. Contudo, não se pode pensar no vácuo e as experiências de aprendizagem têm de ser desenvolvidas em cima de conteúdos. Os conteúdos da disciplina de História são dos mais ricos e diversificados, pois permitem pensar a totalidade do humano e colocam situações que, constantemente, suscitam a reflexão, a dúvida, a necessidade de tomar posições fundamentadas na razão. O esforço para compreender épocas

²⁸ Ver a crítica de Maria Emília Diniz à revisão curricular do Ensino Básico, nomeadamente em relação ao 3.º ciclo: «A História no novo contexto do Ensino Básico: flexibilizar, como e para quê?», *Boletim da A. P. H.* (III série), n.º 21.22, Outubro 2001 – Fevereiro de 2002, pp. 41-42.

e sociedades diferentes desenvolve a empatia, essa habilidade que os historiadores têm de possuir para se colocar no lugar do outro e para se transplantar mentalmente para outras realidades. Por sua vez, a empatia é a base do diálogo e da comunicação entre as pessoas e entre os povos, a base da convivência democrática. A História permite compreender a diferença, a continuidade e a mudança que são elementos fundamentais da construção das identidades dos indivíduos e das sociedades. De modo geral, as imagens que mais indelevelmente marcam as representações colectivas, sobre nós e os outros povos, estão ligadas à história que foi contada na infância e na juventude, como constata Marc Ferro na introdução da sua obra – *Comment on Raconte l'Histoire aux Enfants à Travers le Monde Entier*²⁹. Por isso é tão importante que a disciplina de História contribua para construir uma memória que sirva para libertar de preconceitos, de ideias feitas, de mitificações. Uma memória que aproxime em vez de separar os povos. Uma memória que, partindo de nós, da realidade próxima e conhecida, seja capaz de integrar os outros e possua as referências básicas para que os futuros cidadãos se possam identificar e situar no mundo.

²⁹ Tradução portuguesa, *Falsificações da História*, Mem Martins, Europa-América, s.d., p. 11.

RESUMO / ABSTRACT

Memória, História e Educação

Partindo de noções gerais sobre a memória e os processos da lembrança e do esquecimento, situa-se a importância vital desta capacidade humana no plano individual e social. Em seguida, analisam-se as complexas relações entre a História e a Memória, referindo, de passagem, diversos estudos em que as memórias colectivas se tornam objecto da historiografia. Conclui-se o artigo com um breve apontamento sobre o ensino da História e a formação da memória histórica dos futuros cidadãos.

Memory, History and Education

The vital human capacity of memory in its individual and social levels is framed by the concept of memory and the processes of remembering and forgetting. It is followed by the analysis of a complex issue – the relationships between History and Memory from the angle of cases with reference to different studies / investigations / papers where collective memories become the object of historiography. The article concludes with some brief remarks on the problems raised by the teaching History today and on the shaping of collective memory of future citizens.

Separata da Revista
NW noroeste. revista de história
2005, 1